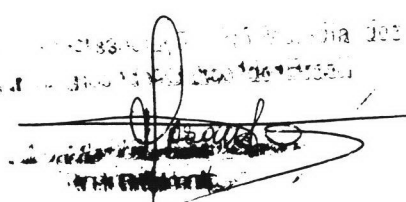


ATA DA 1ª ASSEMBLÉIA DE FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO - PRÓ-MORADIA DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, TRANSFERIDOS PARA BRASÍLIA (DF).

Às 19:05h do dia 31 de janeiro de 1996, no auditório da Superintendência regional do Banco do Brasil S/A, em Brasília (DF), foi iniciada a 1ª Assembléia de formação da Associação, que contou com a presença de 132 funcionários do Banco do Brasil S/A, transferidos para as diversas Agências e Ccsecs do Distrito Federal. Com a palavra, o colega Guerreiro abriu a Assembléia fazendo uma explanação aos presentes, acerca das dificuldades de moradia "humilhantes e degradantes" porque passam os funcionários transferidos face a enorme dificuldade de moradia encontrada por todos no DF. Enfatizou que a necessidade de obtenção de um teto constitui-se uma "força básica para o prosseguimento da vida". Pediu o amadurecimento dos funcionários no sentido de perceberem que "do Banco", unilateralmente, não se receberá nada e que uma vez unidos na forma da Associação que se inicia, iremos à presença de nosso patrão para pedir alguma forma de apoio e etc., o BB, certamente nos dará. Pediu que tomássemos consciência de que é nosso; informou que é hora de, como pessoas adultas e sofridas, sentarmos para discutir o problema da moradia, ocasião em que um dos expectadores considerou utópicas as idéias advindas da criação da Associação, baseado no fato de medidas facilitadoras das vidas dos funcionários transferidos para o DF haverem fracassado anteriormente, como foi o "caso das escolas", citou etc. Guerreiro explicou que o movimento pró-Associação teve início em setembro/95, por iniciativa dos colegas Rômulo e Paulo Peba, este último, ausente na assembléia por ter ido à Bahia em férias, pois estava a 6 meses sem ver a esposa. Dos idealizadores do movimento, passou-se a um grupo de 5 pessoas, em seguida já eram 10 e hoje, felizmente já somos mais de 100; unidos com o mesmo objetivo. Continuou Guerreiro, dizendo que não há, ainda, uma proposta pronta, e que esta reunião visa, "em larga escala", o surgimento ou o aprimoramento de idéias para solucionar o problema comum do grupo. afirmou que lhe parece ser, a criação da Associação, a solução mais viável dado o poder de barganha que ela nos proporcionará no mercado imobiliário de Brasília. Explicou que se uma pessoa só comparece a esse mercado para a aquisição de um imóvel, esta se sujeitará mais ao vendedor que uma Associação de mais de cem pessoas; continuou, dizendo que o objetivo da Associação não recai na compra de imóveis na Asa Sul, Norte, etc. e sim em formar um condomínio cuja forma de aquisição e construção ocorrerá dentro das condições e necessidades de cada um, cabendo à Associação estudar, pesquisar, barganhar e tentar, enfim, todos os meios que estejam ao seu alcance. Em seguida a palavra foi passada para Rômulo que nos deu conta de já ter percebido a força de 100 ou 200, ou mais pessoas quando de sua iniciativa de ir a uma imobiliária e, para grande espanto do vendedor, falou que queria comprar 100 apartamentos; o apartamento, que era oferecido por 100 mil reais teve, "de cara", seu preço reduzido em 20%. Um colega informou que o preço de custo de construção de 01 apartamento no (DF) sai para o construtor o equivalente a 1/3 do preço de venda. Rômulo continuou dizendo que Paulo Peba, ante a necessidade imediata de moradia, foi à Taguatinga para verificar o preço de uma casa feita de "pré-moldados", com 2 quartos, banheiro, etc e continuou ser de R\$ 2.700,00, sendo que a firma promete entregar 30 casas por mês: em uma construtora que também foi consultada, diante da possibilidade de venda simultânea de 100 unidades, "o cara" já ligou cinco vezes: informou que os colegas Gildásio e Paulo P. já estiveram verificando os preços de terrenos para a formação de condomínios; segundo eles, os preços dos terrenos em Sobradinho, são mais acessíveis, sendo que existe o problema com relação à documentação desses imóveis: informaram ainda, Gildásio e Paulo, da existência de um terreno de 10 ha que abrigaria a todos, mas que também tem problema quanto à documentação. Rômulo brincou, sugerindo "a invasão de uma favela na Estrutural que está sendo desocupada. A Guerreiro voltou a palavra e ele informou que esteve com o nosso Superintendente, Sr. Roberto, para solicitar o apoio da SUPER (DF). Segundo etc, a conversa fluiu muito "superficialmente" pois ainda não havia a completa estruturação da Associação; apesar disso, aquele Superintendente se propôs a tentar acionar a liberação do FGTS (para a construção), junto à CEF. Com relação à utilização de recursos oriundos da Poupeix, foi solicitado um prazo de 3 meses para que então seja vista essa possibilidade, devido a uma negociação que está acontecendo entre Banco/POUPEIX; existe a possibilidade de o BB realizar a verificação da legalidade da documentação do terreno a ser comprado, junto ao GDF. Guerreiro voltou a falar dizendo que se ficasse definida a proposta de construção da vila, que provisoriamente chamou de "Vila do Exílio", se for por todos considerada viável, a Associação fará tudo e seguirá todos os caminhos lícitos em prol do atingimento desse seu principal objetivo. Outro colega pediu a palavra para informar que caso a opção caia na compra de um terreno para construção, já foi vista junto à Super (DF), a possibilidade de o BB financiar a compra do lote individual, para aqueles que não dispuserem de recursos financeiros suficientes. Guerreiro informou sobre a disposição do GAREF Pizolato em ser o arquiteto da futura vila; disse ainda que a recém criada Associação é totalmente independente mas aceitará qualquer tipo de ajuda lícita; aproveitou para solicitar, dentre os presentes que porventura venham a ser solicitados, digo, necessários à Associação. Guerreiro voltou à questão da "utopia" considerada anteriormente por um colega quanto ao fato de morar em Taguatinga e trabalhar em Sobradinho; ele informou que todas as decisões da Associação serão tomadas em assembléia e que todos os problemas desta, serão resolvidos a nível de grupo. Rômulo falou que além da possibilidade de apoio do BB, da Super e da CEF, ainda temos o poder de barganha da Associação para negociar diretamente com as construtoras, ocasião em que alguém se propôs a contactar com parlamentares dos estados nordestinos para auxiliarem na obtenção do terreno. Guerreiro aprovou a idéia o grupo, na íntegra, discordou do termo: utopia. Um colega sugeriu que fosse formada uma "comissão de alto nível" para tentar agilizar a liberação do financiamento imobiliário a que têm direito os servidores com mais de 10 anos de contribuição para a PREVI. Guerreiro argumentou que os financiamentos imobiliários de fundos de pensão como a PREVI estão sujeitos à regulamentação do Banco Central do Brasil, que limitam esses investimentos a apenas 10% de seus patrimônios e que a nossa Caixa já se encontra com 17% investidos; afirmou que qualquer comissão a ser criada deverá ser composta exclusivamente por membros da Associação; espera, disse ele, que haverá o surgimento de idéias concretas nas assembléias e que, se aprovadas serão levadas a quem preciso for; reafirmou a necessidade de unificarmos as nossas idéias e de estudarmos, juntos, todas as possibilidades de realizá-las. O colega retificou o termo "alto nível", utilizado anteriormente pois, segundo ele, não pretendeu nem subestimar, digo, não pretendeu subestimar o nível de capacidade dos presentes (das pessoas presentes). Outro pediu que a reunião tenha o sentido de, unicamente, agilizar o processo e que tudo seja definido hoje, aqui. Quando alguém falou sobre os imóveis do local Valparaíso, um dos presentes informou sobre a super avaliação havida nos preços dos imóveis já negociados é que os moradores estão formando uma comissão para tentar reaver os valores dos financiamentos. Foi sugerido que a Diretoria provisória da Associação contactasse com a Superintendência do BB objetivando conseguir a dispensa de alguns funcionários que irão compor a comissão

que fará a pesquisa de preços e localização de terrenos no mercado imobiliário de Brasília. Guerreiro falou que talvez o preço do lote individual saia, no máximo, por 1.000 reais para cada um; ele disse que o objetivo não é formar uma cooperativa e sim uma união em forma de Associação. A palavra passou para o colega Camargo que falou da impossibilidade de arcarmos com prestações de imóveis financiados pela CEF ou pela PREVI; ele também acha a proposta em pauta a mais viável, dado o nível salarial em que nos encontramos dentro do BB. Sugeriu recorrer ao FUNDEC para obter a urbanização do futuro local. Argumentou que as urbanizações conseguidas pelo FUNDEC só são concedidas quando uma comunidade possui mais de 500 habitantes, então porque isso não seria extensível à nossa comunidade Associação que, só pelo número de pessoas presentes nesta assembléia já conta com mais de 500 futuros moradores? um outro colega pediu que a escolha do terreno obedeça à localização de trabalho do grupo. Guerreiro falou que a escolha do terreno poderá obedecer a essa regra, mas explicou que o preço de aquisição do lote vai ficar bem mais caro para um grupo formado de 5 funcionários que para outro grupo de 200. Falou também da possibilidade de instalação de colégios particulares dentro da nova comunidade que vai surgir. Ainda coma a palavra, Guerreiro colocou em votação a criação ou não da Associação, que teve o seguinte resultado: 119 colegas foram favoráveis e apenas 6 votaram contra. Então ele procedeu à leitura da proposta de estatuto da Associação que vai adiante transcrito. Terminada a leitura, Rômulo pediu que fossem apresentadas novas sugestões para o estatuto. Guerreiro pediu que fossem distribuídas as fichas de inscrição, para que se tome conhecimento de quem são e onde estão os sócios da Associação. Foi declarada, então a criação da Associação Pró-Moradia dos Funcionários do Banco do Brasil. Em seguida Guerreiro pediu voluntários para integrar a comissão que fará a pesquisa no mercado imobiliário de Brasília. Alguém pediu que, além dos voluntários, essa comissão fosse também integrada por toda a equipe que iniciou os trabalhos, passando essa comissão a ser composta por 16 sócios que são Ney (Ag. Presidência da República), Roberto (Ag. Planaltina) Oscar (Ag. Delegacia da Receita Federal), Cândido (Ag. Aeroporto), Cordélia (do Cesec Sul), Pereira (da Asa Norte), Guerreiro, Paulo Dilean, Zézito, Ana Maria, Gildásio e Camargo (da agência Brasília Central), Aécio (do Cesec COMPE) e Jusciano, "Zuza", (do Cesec Norte). Guerreiro falou que vai ser dado início ao processo de legalização da Associação bem como os registros do seu estatuto. Finalizando, ele afirmou haveremos tomado um "passo fundamental à nossa sobrevivência, que foi, dentro das atuais circunstâncias, buscarmos, coletivamente, a solução do nosso problema"; continuou ele; "amanhã olharemos para trás com orgulho de termos dado o passo inicial para superar as nossas dificuldades, algo jamais visto na história do BB". Foi então apresentado os nomes dos funcionários para ocupar os cargos da primeira diretoria da AMOBB, ficando assim a constituição aprovada por todos os presentes: para Presidente: Paulo Barbosa Santos; para Vice-Presidente: Rômulo Ramos da Silva Filho; para Secretário-Geral: Dilean Freire Campos; para 2º (Segundo) Secretário: Armando Luiz de Paiva Dias; para Tesoureiro: Geraldo Carmagos Sobrinho; para Diretor Administrativo: Gildásio Barbosa dos Santos; para Diretor de Patrimônio: Benedito Braga Júnior; para 2º (Segundo) Diretor de Patrimônio: Ana Maria D'Alencar Santos; para Diretor de Esportes: José Ribeiro Filho; para Diretor Social: Cordélia Maria Barroso Corrêa, e para Diretor de Relações Públicas: Antônio Paulo Guerreiro. Para Conselho Fiscal: Cândido Antônio Mendes de Oliveira; João Batista Pereira; José Roberto Oliveira Santos; e, para suplentes, José Jusciano S. de Lacerda; Ney de Melo Esmeraldo Rolim e Oscar Gondinho de Barros. Estava, então, encerrada a primeira Assembléia da Associação Pró-Moradia dos funcionários do Banco do Brasil, que teve como secretário eventualmente escolhido, eu, Armando Luiz de Paiva Dias, que lavrei a presente ata que será por todos e bem como por mim, lida e assinada.

1983  
1983



2º OFÍCIO  
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.  
305 Ed. Anís Venâncio da Silva - Laje - 08 10 - Fone: 226-4505  
BRASÍLIA - D.F.

Registrado e arquivado sob o nº 3330-2  
Dois fe. 3330-4  
Brasília, 1983